

Cimi comprova esterilização de 61 índias na Bahia

Informações colhidas por conselho ligado à CNBB reforçam denúncia de genocídio que ONG americana vai fazer à ONU

Isabel de Paula

• BRASÍLIA. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), já tem dados suficientes para comprovar, junto às Nações Unidas, a prática de maus-tratos contra a comunidade pataxó do sul da Bahia. Uma equipe do Cimi de Itabuna (BA) visitou as aldeias pataxós hã-hã-hãe e encontrou 61 mulheres esterilizadas. Além do número exagerado de índias que sofreram cirurgias de laqueadura de trompas em 1994, a equipe descobriu que cabos eleitorais do deputado Roland Lavigne (PFL-BA), acusado de patrocinar as operações em hospitais de sua propriedade na época, faziam a intermediação e ganhavam remuneração de acordo com o número de mulheres arrebanhadas.

— Foram destacados agenciadores em cada cidade da região, a maioria mulheres, para arrebanhar índias para a esterilização— afirmou Antônio Eduardo Cerqueira Oliveira, coordenador da equipe.

Funai é acusada de não proteger os hã-hã-hãe

O Cimi teve acesso a detalhes escabrosos sobre a forma com que as cirurgias eram feitas, a maioria durante a campanha eleitoral de 1994. Segundo Oliveira, as índias contaram que numa mesma sala do hospital de Camaçã (BA) eram feitas várias operações de ligadura de trompas ao mesmo tempo. O esquema de esterilização de índias no sul da Bahia chegou a ponto de duas mulheres dividirem o mesmo leito. Só na aldeia São Lucas e nas cinco fazendas reocupadas pelos pataxós na região de Pau Brasil (BA), em abril do ano passado, foram constatados 51 casos de in-



MULHERES DE UMA das aldeias pataxós no sul da Bahia: convencidas por cabos eleitorais a fazer laqueadura de trompas gratuitamente em troca de votos

dias esterilizadas.

As informações reunidas pelo Cimi reforçam a denúncia de genocídio que o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejid), sediado em Washington (EUA), pretende encaminhar nos próximos dias à Organização das Nações Unidas (ONU, ou à Organização dos Estados Americanos

(OEA). O Governo brasileiro poderá ser condenado por descumprir convenções internacionais de combate ao genocídio e de defesa dos direitos humanos. O Cimi sustenta que o Governo, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), não tomou as providências necessárias para proteger a comunidade pataxó hã-hã-

hãe, conforme sua atribuição constitucional, e nem para punir os responsáveis.

A denúncia da esterilização de índias no sul da Bahia, em troca de votos e com o uso de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS), foi publicada pelo GLOBO no dia 30 de agosto. Para impedir que os índios continuem sendo usados

como massa de manobra eleitoral, a Funai proibiu a entrada, sem autorização, de políticos nas aldeias. A Funai também pediu abertura de inquérito civil e policial para apurar o crime.

O procurador da República de Ilhéus, Cláudio Gusmão, vai pedir à Polícia Federal a abertura de inquérito específico para apurar a

denúncia de esterilização das índias. A PF de Ilhéus já investiga denúncias de desvio de verbas do SUS na região e irregularidades nas cirurgias de ligadura de trompas, envolvendo o deputado Roland Lavigne, mas, segundo Gusmão, dada a gravidade do caso da esterilização de índias, é necessário abrir um inquérito separado sobre o assunto.

—Precisamos requerer o desmembramento do inquérito para apurar profundamente o caso da esterilização, esclarecendo por exemplo as circunstâncias das cirurgias, a amplitude e as consequências delas para a comunidade indígena—afirmou Gusmão.

Deputado pode ser denunciado por abuso eleitoral

O procurador também adiantou que está estudando a possibilidade de enviar à Procuradoria Regional Eleitoral da Bahia uma denúncia de abuso eleitoral contra o deputado Roland Lavigne, que transformou um caminhão em ambulatório médico e faz campanha enquanto atende os pacientes. Equipado com ar-condicionado e aparelho de ultrassonografia, a clínica móvel está percorrendo 40 municípios do Sul da Bahia, um por dia. Semana passada, o secretário-geral do Conselho Federal de Medicina (CFM) na Bahia, Antônio Henrique Pedrosa, disse que o uso eleitoral da atividade profissional fere o Código de Ética Médica e que o médico pode ser punido.

O PT pretende entrar amanhã no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Bahia com um pedido de cassação do registro de candidatura de Lavigne, que tenta a reeleição. Na sexta-feira passada, o partido ingressou na Presidência da Câmara com uma representação pedindo a cassação do mandato do deputado. ■

Roberto Stuckert Filho